

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: A MONOCULTURA CANAVIEIRA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DA ZONA DA MATA ALAGOANA

Fábio Barbosa da Silva

Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL

e-mail: xp.fabiobarbosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Até 1817, o espaço que atualmente compreende o estado de Alagoas foi parte da então Capitania de Pernambuco, que já era desde, pelo menos, o século XVII, um importante polo de produção canavieira no Nordeste. O processo de invasão e expulsão dos holandeses do centro açucareiro das chamadas Capitanias do Norte, reflete a importância adquirida pela atividade canavieira naquele espaço, no período em questão (MELLO, 2007). Ao mesmo tempo em que se consolidava como elemento preponderante na economia, a cana de açúcar assumiu na historiografia do Nordeste uma posição central nas relações, sobretudo de trabalho, estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos no processo de colonização europeia. Pensar a história de Alagoas, seja como parte da extremidade Sul de Pernambuco, seja como Capitania, Província ou Estado independente conduz-nos, quase que inevitavelmente, ao papel assumido pela atividade canavieira na região ao longo dos últimos séculos.

Na historiografia alagoana, a cana de açúcar tornou-se um dos, senão o mais, saliente vínculo entre a Alagoas emancipada e Pernambuco, a quem pertencia. Trabalhos consagrados, como os de Diegues Junior (2006) e Moacir Medeiros de Sant’Ana (1970), vinculam o cultivo de cana ao início do povoamento e desenvolvimento econômico no espaço que atualmente compreende Alagoas. A julgar pelo histórico de fundação de engenhos na região, é possível defender que a plantação dos primeiros canaviais da Zona da Mata alagoana tenha sido feita ainda no século XVI, quando o espaço em questão aparecia nos mapas como no Sul da Capitania de Pernambuco. Afinal, o que ainda teríamos a aprofundar nos estudos sobre a História de Alagoas e sua relação com a cana de açúcar?

A necessidade de se repensar a história em torno da relação entre um espaço e o cultivo de uma planta não deve nascer, necessariamente, de inovadoras descobertas sobre

o passado, tão pouco de uma discordância acerca do que já é conhecido. De acordo com Koselleck (2016, p. 202) “com cada novo futuro, surgem novos passados”. Ainda assim, o historiador não precisa começar tudo do zero. São as necessidades do presente, as perspectivas sobre o futuro e o surgimento de novas concepções e métodos de investigação em história que nos impelem ao estudo de fenômenos já bem conhecidos, utilizando-se, porém, de aparatos teóricos e metodológicos novos. Este procedimento nos permite olhar para um mesmo objeto de estudo com olhares diferentes, e assim se torna perceptível a presença de agentes até então ignorados, de outros problemas a serem enfrentados, e eventuais ampliações nos limites de alcance de determinado fenômeno.

Desde as movimentações no modo de pensar o trabalho do historiador impulsionadas pelo movimento dos Annales, o meio ambiente tem pautado cada vez mais os discursos sobre economia e sociedade. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo de Braudel reflete bem esta relação. Para que se perceba as influências das disposições espaciais na atuação do homem é necessário lançar mão de novas formas de enquadramento dos recortes espaciais, estes devem ser desprendidos das fronteiras entre os municípios, estados, países, etc. Neste sentido, em um estudo sobre a cana de açúcar em Alagoas, por exemplo, o pesquisador deve fragmentar o estado de modo que os limites espaciais deixem as convencionais linhas dos mapas político-administrativos para atentar às linhas dos mapas sobre relevo, hidrografia e clima.

Ao discorrer sobre as bases econômicas de determinados grupos, o conhecimento do espaço ocupado, e trabalhado, permite uma reflexão sobre a importância dos componentes naturais na formação socioeconômica dos mesmos grupos. É sob esta perspectiva que Alencastro (2000) procurou associar a dinâmica do tráfico negreiro, base da colonização complementar envolvendo o Brasil, Portugal e a África, às direções das correntes marítimas no Oceano Atlântico. De forma semelhante, Freyre (2006) destacou a presença dos rios brasileiros como fator imprescindível para o desbravamento do continente e para a formação de fluxos populacionais no período colonial. O autor relacionou o porte dos rios à cada um desses dois empreendimentos de modo que os rios maiores teriam contribuído para a dispersão dos colonizadores, enquanto os menores “fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural” (FREYRE, 2006, p. 88). Foram

ainda as condições geoclimáticas que permitiram a Antonil (2007), entre outros autores, dividir o Nordeste brasileiro entre o litoral canavieiro e o Sertão do algodão e do gado.

Percebe-se que a estreita relação entre o homem e o meio ambiente fica mais evidente no âmbito do trabalho. Isso porque a natureza é fonte de matéria prima de todo trabalho humano, assim, o resultado desse trabalho é mediado pelas disposições de matéria prima, e também pela forma como o homem às explora, ou tenta reajustar a capacidade de suas fontes. Sob esta perspectiva, Marx defendeu que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]. Afim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 255)

Em outro estudo, o mesmo autor defendeu que o modo como os homens vivem em determinado meio depende estreitamente das condições de oferta de matéria prima por parte da natureza a sua volta.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. [...]. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como também com *o modo como* produzem. (MARX, 2007, p. 87)

Ao apontar a capacidade e pretensão do homem em moldar a natureza em seu favor, o autor não deixou de lembrar que ao transformar a natureza, o homem também se transforma. Uma vez que a sobrevivência do *Homo Sapiens* na terra depende da interação com a natureza através do trabalho, as mudanças na natureza, provocadas ou não pelo homem, implicam em mudanças nas relações de trabalho, e conseqüentemente na forma como os indivíduos se organizam. Resulta daí uma relação dialética entre a natureza e os grupos humanos, mediada pelo trabalho. Afinal, o homem é também parte integrante dessa natureza que ele mesmo transforma constantemente.

Worster (1991), defendeu que a intrínseca relação homem/natureza pode se tornar objeto de investigação do historiador em três níveis diferentes. No primeiro, o homem é posicionado junto aos demais elementos orgânicos e inorgânicos que compõe a natureza, atuando, assim como os outros seres, “ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiros de microorganismos, ora como

uma espécie de parasita” (WORSTER, 1991, p. 202). No segundo nível, o autor destaca este intercâmbio através dos aspectos econômicos e sociais a medida em que os homens buscam extrair da natureza a matéria prima a ser transformada para satisfação de suas necessidades. Aqui, podemos destacar tanto as necessidades imediatas como alimentação, “bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX, 2007, p. 33), como aquelas que surgem a partir da satisfação das primeiras. Por fim, Worster associou o terceiro nível ao campo do subjetivo, do mental e do cultural, onde, segundo o autor, “valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Ou seja, todas as dimensões da vida e da ação humana possuem, de alguma forma, uma relação direta com a natureza a sua volta.

Uma vez que o homem é, ao mesmo tempo, um ser vivo que integra um ecossistema, que trabalha e transforma o mundo natural a sua volta e que imagina esse mundo e desenvolve códigos de interação entre seus pares e demais seres vivos, um dos desafios da história ambiental é congregar estes três níveis de interação sem que um se apresente como oposição ou separado dos outros. Pádua (2010) defendeu esta necessidade e reconheceu que esta não é uma tarefa simples, pois, o pesquisador se vê inclinado a abordar um dos níveis em detrimento dos demais. Tomando a atividade canavieira como ponto fulcral da relação entre a sociedade em torno dos canaviais e a natureza constantemente sacrificada pela monocultura, a possibilidade de se trabalhar esta relação a partir do segundo nível da história ambiental parece mais convidativa.

Dado a forma como a economia alagoana se constituiu e mante-se vinculada a cana de açúcar desde o período colonial, qualquer discurso sobre a história de Alagoas em que a atividade canavieira seja excluída, resultaria, no mínimo, em uma fala deficiente. É necessário, porém, utilizar critérios de divisão do espaço que levem em conta a sua heterogeneidade. Neste estado, os impactos desta atividade no meio ambiente e os reflexos de tais impactos na forma como a sociedade local se organiza, continua sendo um tema carente de aprofundamentos. Mesmo que problemas como o desmatamento e a poluição dos rios pelos rejeitos de usinas e engenhos já tenham sido trabalhados, inclusive para Alagoas (ANDRADE, 1959; JUNIOR, 2006), ainda precisamos entender como o meio ambiente, aparentemente tão passivos diante do protagonismo humano, ao ser

transformado, transformam também a forma como os homens pensam, agem e vivem. É neste sentido que Worster (1991) defendeu as contribuições da história ambiental para se repensar a relação entre os homens e a natureza.

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p. 199)

A ideia de uma história ambiental nestes moldes só surgiu a partir da década de 1970 a medida em que cresciam, em número e influencia, os movimentos ambientalistas e as preocupações com o futuro do planeta (WORSTER, 1991). Porém, os vínculos estreitos entre os humanos e o ambiente em sua volta já eram percebidos, ainda que de forma vaga, por pesquisadores que atuaram antes da década de 1970. No início do século XX, Brandão (2011) já havia notado com certa profundidade a relação de trocas estabelecida entre os seres humanos, o espaço ocupado e a natureza em seu entorno. Ao observar os rios, as lagoas, os canais, a terra e as pessoas que ocupavam esses espaços e neles trabalhavam, o autor defendeu que as ações de uns para com os outros estavam envoltas por reciprocidades.

A discussão que segue, procura destacar os vínculos entre o cultivo de cana de açúcar, o meio ambiente e a sociedade em Alagoas, investigando como o processo de expansão dos canaviais, recorrente na segunda metade do século XX, interviu não só na economia local, mas também na forma de se pensar a relação com o espaço ocupado e de interagir com os demais componentes do ecossistema do qual os homens também são parte.

A HISTÓRIA AMBIENTAL E A CANA DE AÇÚCAR EM ALAGOAS

Embora Alagoas, se comparado aos demais estados da Federação, seja relativamente pequeno, a heterogeneidade nas disposições dos elementos naturais e na formação geográfica permite que se delimite o recorte espacial de estudo sem depender exclusivamente das fronteiras convencionais dos municípios e do próprio estado. Na Zona da Mata alagoana, a presença das lagoas, no Norte, e de vastos tabuleiros, no Sul, permite que se divida esta faixa de terra em duas porções. Quase no centro da faixa litorânea se

encontram as lagoas Mundaú e Manguaba, que, de acordo com Diegues Junior (2006), foi um dos primeiros focos de povoamento no território que atualmente compõe o estado. Essas duas lagoas são também o ponto de convergência de rios que correm por vales mais largos e com ampla planície fluvial. Das lagoas para o Norte o relevo é marcado por um conjunto de colinas e montanhas, sempre separadas por terrenos baixos onde se concentram um expressivo número de rios, pequenos riachos córregos.

Em contrapartida, na porção Sul da Zona da Mata se destaca a presença de vastos tabuleiros dissecados por vales mais estreitos e ladeiras íngremes. Os rios entre o São Miguel e o Piauí apresentam, sobretudo em seus médios cursos, menor variação de relevo se compararmos com as bacias hidrográficas do Norte. Estas características espaciais estiveram entre os principais atrativos para o desenvolvimento da atividade canavieira em períodos distintos. Até meados do século XX, tanto as fabricas de processamento de cana, quanto os canaviais estiveram concentrados nos vales úmidos, o que fazia das bacias hidrográficas no entorno da Região das lagoas um ambiente privilegiado para o cultivo de cana. Em um segundo momento, os tabuleiros, que até então eram considerados como improdutivos do ponto de vista da cana de açúcar, foram transformados no *locus* de expansão dos canaviais, atraindo-os assim para Sul da Zona da Mata onde essas formações possuem maiores áreas.

Até a segunda metade do século XX, o uso dos tabuleiros pelos grupos humanos que ocupavam seu entorno não apresentava interferências significativas no desenvolvimento natural da vegetação que o compunha. No século XVII, Nieuhof (1981) observou que os nativos mantinham com algumas plantas que cresciam naquela formação geográfica uma relação que ia além do fornecimento de frutos. Em seus relatos sobre a região o viajante destacou que os cajueiros, planta abundante nos tabuleiros entre os vales dos rios Jequiá e Coruripe, chegavam a ser motivos de brigas entre os “brasileiros” que, além de apreciar seus frutos, “acampam-se então entre as árvores e a menos que o inimigo os expulsem daí não se afastam enquanto não consomem toda a fruta da região. Os nativos contam a idade por essa árvore que frutifica apenas uma vez por ano” (NIEUHOF, 1981, p. 337). Ainda que não seja o objeto de investigação do autor, as finalidades dos cajueiros notada por ele, torna perceptível que a relação entre os nativos naquele espaço estava profundamente ligada à presença daquelas plantas.

Dois séculos depois dos escritos de Nieuhof, em 1859, quando os canaviais ainda não haviam subido dos vales para os tabuleiros, Robert Avé-Lallemant ao descrever o mesmo espaço, quase não notou intervenções e ocupações humanas na extensão por ele percorrida. Entre os vales dos rios Jequiá e Coruripe, o explorador alemão identificou apenas um assentamento populacional nos tabuleiros, no entorno da Lagoa de Santa Luzia. O autor defendeu que, tanto a ausência de povoamentos como as características da vegetação eram motivadas pela ausência de fluxos ou reservatórios de água naquele espaço.

Como o desenvolvimento das plantas depende das chuvas, que despertam a vida, cresce uma vegetação peculiar aos tabuleiros, menos dependente da chuva e conservada mesmo durante os meses secos, de maneira a caracterizar a vegetação desses altos planaltos. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 295)

É possível defender que, no período da passagem de Avé-Lallemant, aquela área já fosse amplamente utilizada para criação de gado através do sistema de colônias¹. Em 1865, as Posturas Municipais da Câmara de São Miguel dos Campos reservaram os tabuleiros sob sua jurisdição para a criação de gado, impondo restrições e/ou penalidades para quem praticasse a agricultura naquele espaço (GALVÃO, 1872). Uma vez que o modelo de criação praticado nos tabuleiros não exigia significativas intervenções humanas no meio ambiente, como cultivo de capim e construção de cercas, o ecossistema pôde ser em grande parte preservado durante os primeiros quatro séculos e meio de colonização.

Ao discorrer sobre a cultura de cana no Brasil e os tipos de solo adequados ao seu cultivo, Antonil (2007), no século XVIII, apontou as terras de massapê como as mais apropriadas para os canaviais.

As terras boas ou más, são o fundamento principal para ter hum engenho real bom, ou máo rendimento. As que chamão massapés, terras negras, e fortes, são as mais excelentes para a planta da canna. Seguem-se atrás destas os salões, terra vermelha, capáz de poucos cortes; porque logo enfraquece. As areiscas, que são huma mixtura de arêa, e salões, servem para mandioca., e legumes; mas não para cannas. (ANTONIL, 2007, p. 45)

¹ As colônias de gado consistiam na criação do gado solto pastando a vegetação nativa. A influência da criação de gado sob esse modelo nos tabuleiros em questão pode remontar ao século XVII, quando aquele espaço aparecia encravado entre as zonas de criação do alto fluxo do rio São Miguel e do vale do São Francisco no entorno de Penedo. Maiores aprofundamentos sobre o tema foram feitos por Herédia (1988) e Silva (2016a).

Até meados do século XX o massapê dos vales permaneceu sendo o solo preferencial para o cultivo de cana. Deste modo, os limites entre vales e tabuleiros permaneceram intransponíveis ao cultivo de cana de açúcar até a segunda metade do século XX, uma vez que o massapê se concentrava nos vales drenados por rios e riachos, enquanto os tabuleiros eram marcados, principalmente, por terras arenosas e pouca pela capacidade de retenção de água (ANDRADE, 1959).

A ocupação dos vales pela agricultura, em especial a de cana de açúcar, não impedia a existencia de reservas da Mata Atlântica nas encostas, onde o cultivo seria inapropriado dado as condições da terra e a declividade acentuada das ladeiras de vales como os dos rios Jequiá, Coruripe e Piauí. Na verdade, a necessidade de lenha para os engenhos e casas de farinha obrigava a manutenção de reservas de matas no entorno dos canaviais e lavouras de macaxeira, por exemplo. Esse quadro de dependência das populações locais em relação à vegetação dos tabuleiros para a pecuária, e das matas das encostas para o processamento de matéria prima, permitiu a manutenção, por séculos, de dois ecossistemas distintos e interpostos no Sul da Zona da Mata Alagoana, um no centro dos tabuleiros, outro nos vales.

O aumento do número de engenhos nos vales dos rios dessa região, percebidos a partir da segunda metade do século XIX, sugere um crescimento da produção canavieira no espaço, e, conseqüentemente, da área cultivada com cana (SILVA, 2016b). Ainda assim, um século depois, Andrade (1959) notou que os engenhos e mesmos as usinas instaladas nos vales dos rios São Miguel, Jequiá e Coruripe, ainda não haviam estabelecido o domínio da cana pelos respectivos vales. Ao descrever a vegetação local o autor defendeu que:

Quase tôda a região drenada pelo baixo e médio curso do rio Coruripe e pelos rios Jequiá e São Miguel foi recoberta no período precolonial por mata muito espessa, mata cuja presença estava assegurada por condições de solo e de clima das mais favoráveis. Essa mata espessa é testemunhada pelas grandes extensões que ainda hoje ocupa sobre os tabuleiros localizados nos interflúvios desses rios, possivelmente as maiores reservas ainda existentes no Nordeste do Brasil. ” (ANDRADE,1959, p.49).

Na mesma obra Andrade já havia comparado a cobertura dos tabuleiros aos “campos cerrados”, onde a vegetação predominante era, como em outros pontos do Nordeste, composta por “espécies arbustivas com galhos muito retorcidos” (ANDRADE,

1959, p.27). O fato de tratar de uma mata espessa nos tabuleiros, no entanto, não é em tudo contraditório. De acordo com Herédia (1988, p. 32), “A denominação tabuleiros era usada em sentido restrito, assinalando apenas parcelas áridas, de vegetação escassas e consideradas impróprias para cultivo, especificamente, os *tabuleiros de caju-bravo e de mangaba*. ” Ou seja, mesmo a formação geográfica dos tabuleiros apresentava variações na sua cobertura vegetal. A designação “tabuleiro”, por sua vez, fazia referência, ora a formação geográfica como um todo, ora aos espaços cuja vegetação se assemelhava a do bioma do serrado. Dárdano Lima (2007, p. 271) chegou a associar esses trechos à parte da “zona das savanas”. As impropriedades dos tabuleiros para o cultivo de cana, até o século XX, foram reiteradas por Andrade (1959, 1973), Herédia (1988), Lima (2007), Carvalho (2009) entre outros.

O AVANÇO DOS CANAVIAIS E O SACRIFÍCIO DO MEIO AMBIENTE

Nos primeiros momentos, a paisagem canavieira esteve marcada pela presença de prédios, como a Casa Grande, o Engenho, a Senzala etc., mas também por outros elementos indispensáveis, como os canaviais, as matas que forneciam lenha, e os rios. Estes últimos, não obstante, “eram as estradas para o transporte do açúcar até a costa e a força motriz dos engenhos que moíam a cana e extraíam a garapa. ” (ROGERS, 2017, p. 56). Pequenos ou grandes, os cursos de água eram elementos indispensáveis para a economia açucareira, uma vez que, de sua presença próxima dependia a fundação de engenhos e canaviais, e conseqüentemente a organização de grupos humanos cujas relações sociais estavam vinculadas ao trabalho com a cana.

A medida em que as técnicas de cultivo e processamento da cana foram se aperfeiçoando, a relação estabelecida entre esta planta, o meio ambiente e a sociedade também foram se modificando. No recorte espacial estudado, o intercâmbio entre a cana de açúcar, o próprio espaço e a sociedade, foi marcado por uma série de rupturas, dentre as quais destaca-se a supressão dos engenhos pelas usinas, e, continuidades, como a posição ocupada na pirâmide social pelos membros das camadas possuidoras dos meios de produção do açúcar, como a terra, os engenhos e as usinas, ou seja, os senhores de engenhos, e, posteriormente os usineiros.

Sant’Ana (1970), Diegues Junior (2006), dentre outros, deixam transparecer que, o estudo que desenvolvem em torno da cana em Alagoas são norteados pelos aspectos econômicos. Fica evidente que os montantes gerados ao Estado pela exportação de açúcar funcionavam como indicativos da importância da cana, em detrimento de outros produtos consumidos no entorno das próprias lavouras. Assim, esta planta, cujo cultivo estava circunscrito à Zona da Mata, foi elevada na historiografia tradicional a elemento preponderante não só na economia, mas também no desenvolvimento de uma sociedade e cultura alagoana, a despeito dos limites geográficos de seu cultivo dentro do território que atualmente compreende o estado.

Ao fragmentar esse estado, e mesmo a Zona da Mata, percebe-se que a histórica atuação da cana de açúcar varia de intensidade nos espaços fragmentados. Sobre a relação entre os fenômenos e as escalas nas quais eles são observados, Espíndola (2015, p. 370) defendeu que “os fenômenos não são representáveis igualmente em escalas diferentes nem se conservam os mesmos se houver mudanças de escala. Determinado fenômeno só é representado em uma dada escala e, ao se mudar a escala, o fenômeno se modifica”. Deste modo, ao mudar o recorte espacial analisados, saindo dos limites políticos administrativos de Alagoas, e focando em recortes menores, como o vale de um rio ou pequeno conjunto de municípios, o pesquisador poderá notar uma série de elementos que permite a relativização da visão, um tanto generalizada, acerca do papel da cana de açúcar apresentado na tradicional historiografia alagoana.

O *status* adquirido pela atividade canavieira no Brasil deve em muito à sua relação como o Estado, que a financiou e a amparou largamente desde o período colonial (CARVALHO, 2009). A partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, em 1933, a ação do Estado se fez ainda mais presente, ora regulando a produção afim de evitar crises de superprodução, ora financiando e estimulando o aumento da produtividade a fim de atender a demanda de mercados em potenciais, como o da Europa ao fim da II Guerra Mundial (SZMRECSÁNYI, 1991). Uma sequência de fatores dentro e fora do Brasil criou um cenário otimista para a produção de cana e seus derivados na segunda metade do século XX, sobretudo no Nordeste, que passou a gozar de privilégios ainda maiores que o Sudeste no que diz respeito aos estímulos financeiros do Estado (FONSECA, 1975). No Sul da Zona da Mata alagoana, a abertura do espaço para

ampliação dos canaviais se deu no início da década de 1950 quando a usina Sinimbu através dos irmãos Coutinho iniciaram um processo bem-sucedido de fertilização dos tabuleiros, afim de adaptar suas terras ao cultivo de cana. A expansão dos canaviais por essas terras se consolidou duas décadas depois, quando o Estado deu início a uma nova fase de investimentos maciços no setor canavieiro afim de aumentar sua eficiência e produtividade.

Através do Decreto-Lei 1.186/71 o governo ofereceu incentivos fiscais e financeiros para unidades produtoras que promovessem fusão, incorporação de cotas de moagem de cana, e/ou transferissem as fábricas e canaviais para locais com maiores possibilidades ambientais de aumento do cultivo (HERÉDIA, 1988). Neste contexto a região em torno dos tabuleiros do Sul, entre os rios São Miguel e São Francisco, receberam naquela mesma década de 1970 a instalação de mais 4 usinas que vinham somar às 6 já existentes. Destas ultimas, 4 haviam sido fundadas na década de 1950, logo após o processo de fertilização dos tabuleiros. Além das novas usinas, outras já instaladas absorveram cotas de produção de usinas sergipanas que tiveram suas inscrições canceladas. A usina Coruripe, por exemplo, localizada no vale do rio homônimo, absorveu a cota de mais três pequenas usinas, a Caeté de uma, e a Seresta, instalada também no vale do rio Coruripe, foi fruto da fusão de duas usinas localizadas em Viçosa e Joaquim Gomes no Norte da Zona Mata (BRASIL, 1975).

Incorporar as cotas de outra usina significava que a unidade incorporadora adquiria o direito de moer uma quantidade de cana equivalente àquela que a unidade incorporada estava autorizada a moer pelo IAA. Os canaviais das usinas cujas inscrições foram canceladas eram abandonados e as cotas eram supridas por canaviais novos no entorno da usina que incorporou as cotas. Afinal, recolher cana em Sergipe para moer no vale do São Miguel, em Alagoas, por exemplo, poderia ser mais inviável, do ponto de vista econômico, que manter a pequena e pouco produtiva usina sergipana. Esse processo de absorção das cotas por parte das usinas locais interessa a este estudo na medida que implica em uma expansão no tamanho dos canaviais na área estudada.

Diante da necessidade do setor em aumentar sua produtividade, a então recente adaptação dos tabuleiros para o cultivo de cana e a abundância de suas terras, fez deles um espaço privilegiado para o cultivo de cana. Segundo estimativas de Fonseca (1975),

o rendimento médio dos canaviais brasileiros em meados da década de 1970 era de 50 toneladas de cana por hectare plantado. Com base em dados da década anterior, percebe-se que essa média de rendimento nacional pouco oscilava em relação a alagoana. O cruzamento entre os números do rendimento médio dos canaviais e do esmagamento de cana pelas usinas em torno dos tabuleiros, permite estimar o crescimento da área plantada durante esse período de intenso estímulo à produção canavieira por parte do Estado. Tomando apenas os dados das usinas Caeté, no vale do rio São Miguel, Sinimbu nas margens do rio Jequiá e a Coruripe no baixo curso do rio de mesmo nome, percebe-se que a soma da cana moída pelas três unidades na safra 1964/65 foi colhida em uma área aproximada de 11.524 hectares. Uma década depois, na safra 1974/75, as mesmas usinas moeram as canas provenientes de 36.334 hectares de canaviais. Ou seja, os canaviais dessas três fabricas e seus respectivos fornecedores foram ampliados em aproximadamente 315% em uma década. Se considerarmos ainda as plantações das usinas Porto Rico, Seresta e Guaxuma, instaladas na região entre 1973 e 1974, o mesmo cálculo permite constatar um aumento de mais de 22.600 hectares de terra plantada com cana para atender a demanda das novas unidades naquele mesmo período.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, referentes aos Censo Agropecuário de 1970 a 1980, aponta que no mesmo período a produção canavieira dobrou em todo estado, ao mesmo tempo a área com matas e a colheita de milho, feijão, e macaxeira reduziu drasticamente. Em contrapartida, nos municípios localizados na região dos tabuleiros e seu entorno, o efetivo de bovino aumentou, mesmo com os canaviais se estendendo pelas tradicionais áreas de pastagens naturais dos tabuleiros. Deste modo, apesar de incidir diretamente na área da pecuária, a criação de gado não parece ter sido comprometida pelo aumento dos canaviais. Ocorre que, ao se espalhar pelos tabuleiros, a cana “empurrou” o gado para os vales dos rios onde o modelo adotado para criação passou a ser totalmente diferente daquele praticado nos tabuleiros.

Nos tabuleiros, o gado solto costumava pastar a vegetação nativa e a construção de valas em torno da área de criação, chamadas de travessões, assim como a própria vegetação compunham as barreiras de contenção do gado (HERÉDIA, 1988). Ao ser direcionada para os vales, a pecuária motivou o sacrifício da floresta para que esta desse lugar ao cultivo de capim. Ao mesmo tempo, a pratica adotada de cercar os pastos com

estacas e arames passou a exigir um número razoável de troncos de árvores específicas. Esta relação entre a pecuária e a agricultura canavieira impôs um pesado ônus ao meio ambiente. Primeiro pela supressão da vegetação dos tabuleiros para o cultivo de cana, depois pela transformação das florestas dos vales em pastos. Os rios foram integrados aos cercados e por isso passaram a sofrer grandes impactos em seu ecossistema, que vão desde o assoreamento, devido ao trânsito dos rebanhos à perda da vegetação ciliar e consequente comprometimento da reprodução de peixes e outros animais aquáticos. Nos últimos anos o uso de agrotóxicos nos pastos se popularizou, o contato desses agentes com a água dos rios ainda é tema à ser estudado.

A mudança do engenho para a usina como unidade fabril concentrou os canaviais e o contingente empregado no trato com a cana. A possibilidade de emprego nas usinas atraiu para o seu entorno grande parte das populações rurais, antes instaladas entre os vales e os tabuleiros, assim como provenientes de outras áreas do estado, como o Sertão. Junqueiro, entre os vales do rio Coruripe e do Piauí teve instalada em seu território a usina seresta em 1973, naquela década, sua população urbana cresceu 435% (SILVA, 2016a). A concentração desses trabalhadores nos centros urbanos atendia à necessidade de disponibilidade de mão de obra para as usinas, e também de terras para os canaviais, de modo que aqueles que deixavam a zona rural deixavam também para traz uma forma particular de interação com o meio ambiente.

A necessidade de uso contínuo dos recursos florestais exigia que senhores de engenho e pequenos produtores rurais mantivessem uma área de mata que pudesse atender a demanda da produção e da moradia. Ainda que conflituosa, a relação entre o rurícola e a floresta tendia a ser mais indulgente com este último elemento graças ao nível de dependência do primeiro. As casas, em sua maioria de taipa, as fornalhas acesas dos engenhos e das casas de farinha não seriam possíveis sem a manutenção de pequenas matas entre as propriedades. Um estudo sobre as condições de moradia e a relação com a floresta no curso médio do rio Coruripe colabora para essa discussão:

Uma pequena casa de taipa de aproximadamente 40 m², consome cerca de 930 m de madeira de espessuras diferente, apenas no esqueleto das paredes. Se contar o teto, o consumo de madeira sobe para 1410m. Para cada saco de farinha, um forno de casa de farinha precisa de uma carga de lenha de aproximadamente 100 kg. Da mesma forma que não se cogitava o plantio de árvores, não se pode esperar a dependência de madeira de regiões distantes. (SILVA, 2016a, p. 85)

A dependência dos engenhos em relação aos recursos florestais poderia ser ainda maior de acordo com o seu porte. Além da manutenção das fornalhas, a construção da fábrica e equipamentos, eram, com frequência, feitos com madeiras específicas (ANTONIL, 2007). Mesmo substituindo as casas de taipa pelas de tijolos, o quadro de dependência das matas permanece. Dean (1996) apontou um expressivo consumo de madeira como combustível das fornalhas para queima dos tijolos. De acordo com seus cálculos, “uma carga de forno de 30 mil tijolos, medindo aproximadamente 63 m³, suficiente para construir uma pequena casa, consome 18 toneladas de lenha, ou cerca de 20 toneladas, se incluir o preparo das telhas” (DEAN, 1996, p. 212). A precariedade das estradas alagoanas até a segunda metade do século XX tornava inviáveis o transporte dessas matérias primas de eventuais áreas fornecedoras, o que contribui para a defesa de que os espaços rurais em questão deveriam ser munidos de reservas florestais.

ELEMENTOS CONCLUSIVOS

A expansão dos canaviais em Alagoas, de modo particular no Sul da Zona da Mata, não significou apenas a simplificação do ecossistema da região. Ao substituir a vegetação dos vales e tabuleiros por cana e capim, esse processo mudou ainda a forma de interação entre as populações locais, a terra e os elementos naturais que a ocupavam. Assim como os canaviais foram concentrados nos vales, os homens o foram nos centros urbanos, o que mudou a sua forma de participação como seres integrantes daquele ecossistema simplificado. Do ponto de vista econômico, o processo de urbanização sugere um maior distanciamento entre o homem e sua fonte primária de meios de subsistência: a terra, cujo acesso passa a ser intermediado, sobretudo, pelas usinas. A moradia, os instrumentos de trabalho, a subsistência, que eram extraídos da natureza na relação direta desta com o homem passa a obedecer a uma nova lógica: homem e trabalho – usina e salário – meios de subsistência. Inevitavelmente o lugar ocupado pela natureza no imaginário desses homens também é modificado, à medida em que se consolida, a monocultura canavieira, como qualquer outra atividade monocultora, torna dependente as populações locais. Não obstante, a dependência à usina, e tão logo o zelo em preservá-la, é substituído por um sentimento semelhante que eventualmente se tinha em relação às matas, aos tabuleiros e aos rios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959.
- ANTONIL, André J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Ed. Itatiaia, 1981.
- BRASIL. Instituto do Açúcar e do Alcool. Anexo ao Ato nº25/75 de 1º de agosto de 1975. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol. 86, nº 2, agosto de 1975, p. 85
- CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira em alagoas**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.
- DEAN, Warren. **A Ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José A. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. In.: **Varia História**, nº 26, pp. 13-32, jan. 2002.
- ESPINDOLA, H. S. A problemática espacial e a história ambiental. In.: **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 343-374, 2015.
- FONSECA, Augusto C. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol.86, nº 4, outubro de 1975, p. 41-51.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GALVÃO, Olympio E. A.; ARAUJO, Tibúrcio V. **Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872**. Tomo IV. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1872.
- JUNIOR, Manoel D. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.
- LIMA, D. A. Estudos Fitogeográficos de Pernambuco. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, Recife, v. 4. p. 243 – 274, 2007.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil. In. **Revista Esboços**, Florianópolis, Santa Catarina, vol. 12, n. 13, 2005.
- MARTINS, Marcos L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e o socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007.

ROGERS, T. D. **As feridas mais profundas**: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Trad. Gilson C. C. da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

NIEUHOF, Joan, Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970.

SILVA, F. B. **Entre o vale e os tabuleiros**: o processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2016a.

_____. Cartografia como fonte: O Sul de alagoas no Século XIX. In.: **Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologias e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea**. Maceió: UFAL, 2016b, p. 120-127. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/157-artigos-5-edicao/614-o-caminho-de-camarao-e-o-desbravamento-do-sul-alagoano>

SZMRECSÁNYI, Tamáz; MOREIRA, Eduardo P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, 1991, p 57-79.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da Terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In. **Ambiente & Sociedade**, vol. V, n. 2, ago. /dez. 2002, vol. VI, nº 1, jan. /jul. 2003.